

Para uma consciencialização ambiental na agricultura: conceitos e documentos que importam

Rui Lucena

CICS.NOVA.UÉvora
rui.lucena@uevora.pt

Resumo

No quadro da consciencialização ambiental mais recente vêm emergindo várias correntes confluentes acerca da perceção, modelos e práticas de aplicação local no seio da produção mais industrializada. Nesta inclui-se o setor agrícola que, como outros luta, na sociedade de mercado, entre os polos do rendimento maximizado, o investimento tecnológico, e a sensibilidade ambiental; importa nesta reflexão: identificar conceitos e correntes ideológicas que retratam o despertar da consciencialização Ambiental; compreender a evolução legislativa europeia no contexto das preocupações ambientais; identificar organizações locais cuja ação possa ter efeitos no desenvolvimento de uma sensibilidade ambiental. Este trabalho tem uma natureza reflexiva e insere-se numa investigação mais ampla, no âmbito da sociologia aplicada, acerca do modo como a noção, e as várias perceções de sustentabilidade ambiental na atualidade, se vão operacionalizando no sector agrícola e, em particular pretende compreender de que forma as mesmas se operacionalizam de facto no distrito de Évora. Neste sentido descrevem-se os primeiros contactos com a ONG MONTE.

Palavras-Chave: Agricultura sustentável; negantropoceno; consciência ambiental; composição.

Abstract

Within the framework of more recent environmental awareness, several confluent currents have emerged concerning the perception, models and practices of local application within the heart of more industrialized production. This includes the agricultural sector which, like others, struggles, in market society, between the poles of maximized yield, technological investment, and environmental sensitivity; matters in this reflection: identify concepts and ideological currents that portray the awakening of Environmental awareness; understand European legislative developments in the context of environmental concerns; identify local organizations whose action can have effects on the development of an environmental sensitivity. This work has a reflective nature and is part of an investigation, within the scope of applied sociology, about the way in which the notion and the various perceptions of environmental sustainability are operationalized in the agricultural sector today and, in particular, to understand how they are actually operationalized in the district of Évora. In this regard, the first contacts with the NGO MONTE are described.

Keywords: Agriculture; neganthropocene; environmental awareness; composition.

Introdução

Através desta reflexão pretendo ancorar teoricamente a minha dissertação de doutoramento em sociologia procurando aprofundar conceitos e explorar correntes teóricas que explorem a consciencialização ambiental emergente. Uma temática que terá como foco o distrito de Évora mas que pode ser observada enquanto preocupação emergente em todos os países da União Europeia. Contextualizando o surgimento deste foco de interesse em aprofundar esta

investigação importa lembrar a recente explosão agrícola evidenciada no distrito nomeadamente de produções intensivas que levantam questões ambientais prementes como poderemos constatar no decorrer desta reflexão. Importará futuramente na minha investigação compreender as perceções por parte dos agricultores no que concerne a práticas com vista à sustentabilidade ambiental.

Nesta reflexão importa sim identificar práticas/correntes de sustentabilidade ambiental que suportem

uma nova abordagem a da consciencialização ambiental e de que modo as mesmas se podem implementar com o objetivo de uma agricultura mais sustentável.

Importa indagar através deste artigo em primeira instância os principais conceitos e correntes ideológicas que promovem uma consciencialização ambiental e de que formas as mesmas devem contribuir para a diminuição da pegada ecológica da Agricultura. Em segundo lugar irei ainda explorar quais as atuais políticas públicas que controlam e pelo qual se rege o setor agrícola de forma a compreender se as mesmas contribuem ou não para a consciencialização ambiental. Esta reflexão assenta sobre dois vértices basilares, os conceitos que suportam uma preocupação crescente no cuidado ambiental na atividade agrícola e quais as políticas públicas e mecanismos de controlo responsáveis pela implantação das mesmas.

1. Tensão entre polos de ação e sustentabilidade

A forma como se articulam as diversas posições políticas, é fundamental para podermos compreender a ligação essencial entre a negação do novo “regime climático” e a revolução conservadora (Latour, 2018). Assim, num amplo quadro de compreensão das transformações dos sistemas terrestres, e perante a necessidade de uma reorganização dos sistemas ambientais e ecológicos, é fundamental proceder a uma análise das novas formas de equilibrar as práticas ambientais com a sustentabilidade a longo prazo. Para tal, a nossa abordagem passa por um constante questionamento das antigas políticas e práticas ambientais.

2. A Sociologia Ambiental

Ao nível da distribuição social das tragédias ambientais, e numa perspetiva de compreensão das interações homem-ambiente, é importante referir as quatro grandes áreas de estudo da sociologia ambiental:

- As causas sociais dos problemas ambientais, incluindo os fatores demográficos, políticos, culturais e económicos;
- Os impactos que o ambiente natural tem na sociedade – isto é, como ele a molda;
- As respostas (padrões, tendências, atitudes e comportamentos) sociais aos problemas ambientais (por exemplo: o aquecimento global);
- As soluções propostas para as crises e para as reformas ambientais, nomeadamente ao nível dos processos sociais que podem contribuir para a sustentabilidade ambiental.

Além destes pontos essenciais, é fundamental referir, igualmente, o impacto social que essas práticas humanas acarretam, tanto a curto como a longo e médio prazo: vale o mesmo, portanto, que falar de riscos ambientais enquanto construção social. E esses riscos são reais, e crescentes. Não obstante há, a longo prazo e para prejuízo da humanidade, uma perda de capacidade, por parte das Ciências e das Técnicas, de previsão e proteção das pessoas e dos ecossistemas. Essa perda deve-se, em parte e segundo Beck à constante e crescente competição entre as diferentes áreas do conhecimento – ou seja, está alicerçada no frágil consenso em relação à(s) forma(s) sugeridas para lidar com esses riscos.

Como resultado deste saldo, quiçá negativo, tanto a ordem como a segurança geral são postas em causa.

3. O Antropoceno

O Antropoceno é um conceito que preconiza a “Era dos Humanos”: um novo período na História, no qual o Homem adquire uma força geológica tão significativa quanto as forças naturais.

Por outras palavras, trata-se de reconhecer e compreender o poder de ação e a influência globais que a mão humana consegue alcançar. É, portanto, uma análise da capacidade de transformação global que a atividade humana causou e continua a causar.

Apesar de a existência do Homem ser relativamente recente, quando comparada com a da própria Terra, a influência daquele sobre esta tem sido enorme, sobretudo no que toca ao desequilíbrio do sistema ambiental da Terra. Além do aumento da concentração dos gases de efeito de estufa, desflorestação massiva e a consequente perda de espécies, os seres humanos criam agora os chamados tecno-fósseis, isto é, objetos criados e transformados unicamente pela mão humana, e cuja duração no ambiente é extremamente longa.

Se há dez mil anos assistíamos a uma revolução mundial, com o início da Agricultura e o início da desflorestação em grande escala (para alguns autores é inclusivamente considerada a primeira Revolução Energética), os últimos trezentos anos mudaram radicalmente a face da Terra.

Com o início da Revolução Industrial do Séc. XVIII, as grandes alterações ambientais começaram a acontecer, por exemplo, com a crescente acumulação de carbono negro. Para Crutzen (2000), este momento marca o início do Antropoceno. E nos meados de 1950, com o início dos grandes fluxos migratórios e o final da 2ª Guerra Mundial, dá-se um considerável aumento nas práticas e nos padrões de consumo, o qual originou, por sua vez, mudanças ao nível dos parâmetros socioeconómicos e ambientais. Crutzen chama a isto “A Grande Aceleração”.

4. O Negantropoceno

Opondo-se ao conceito de Antropoceno, e assumindo uma postura de cuidado e preocupação com a Terra, Bernard Stiegler (2018) propõe-nos uma clara ideia de revogação da Globalização, isto é, uma perspetiva organológica que se constitui em horizontes de expectativas, vontades e desejos referentes às práticas humanas a nível ambiental. Através do conceito de *Pharmakon*, o autor propõe a ideia da dupla via que o planeta enfrenta que pode tanto passar pela cura como pela intoxicação total dos problemas ambientais por via da mão humana, nomeadamente através de medidas ao nível de:

- As Políticas ambientais;
- A Economia e a sua relação com o ambiente.

Em suma, trata-se de pensar nas melhores formas de lidar, a nível global e a longo prazo, com as potenciais ameaças ambientais e climáticas atuais. Colocam-se questões como:

- “haverá esperança em relação ao futuro?”; ou será, como todos preferimos aceitar, uma profecia que se auto cumprirá? O tempo e as nossas práticas o dirão mas, para já é preciso abrandar, pois os efeitos já se fazem sentir a nível planetário, com todos os inconvenientes que os mesmos já mostram.

O “Negantropoceno” expõe a desconstrução que Stiegler opera para explicar as causas da crise planetária de hoje. O autor retira aqui o foco principal da decisão política como principal responsável da ação para reverter este processo. Ao invés de apelar à responsabilidade dos atores políticos ou questionar fundamentalmente o imperativo de crescimento de modelos ligados ao capitalismo, um certo elogio ao próprio pensamento analítico assume uma posição central no pensamento deste autor. Stiegler reinterpreta ainda o conceito do “proletariado”, relocalizando-o quase só na História e política de antagonismo de classes dos séculos XIX e XX.

Stiegler identifica uma transição ideológica contemporânea mais importante - “A questão do Antropoceno é como sair do Antropoceno enquanto período tóxico, para entrar numa nova Era a que chamamos *Negantropoceno*, como um processo curativo, uma era em presença de um novo *pharmakon*. Em termos práticos, isto significa que, no plano económico, o valor acumulação deve ser feito exclusivamente com objetivos orientados para alvos ambientais.” (Stiegler, 2018). Dito de outro modo, entramos numa era onde o foco principal de todo e qualquer investimento deixa de ser exclusivamente pensado em termos de lucro a qualquer custo, passando para uma fase onde as preocupações ambientais e de sustentabilidade tendem a ter uma influência cada vez mais importante.

Na sua obra o autor identifica o Antropoceno enquanto uma ideologia onde a mecanização do trabalho, a automatização e o lucro se tornam no objetivo fundamental da evolução, que relembra serem perigosos e insustentáveis numa visão de longo prazo. Por outro lado, na visão “negantropocênica”, o autor afirma que “...novos critérios devem ser fundamentados na capacidade de “desautomatização” que cabe a nós ressuscitar. Isto envolve, necessariamente uma ressurreição de o que Amartya Sen chama de capacidades, que ele coloca na base do desenvolvimento humano – isto é, da individuação da humanidade.” (Stiegler, 2018).

Stiegler é pertinente para o meu enquadramento teórico pois o autor indaga sobre a emergência de uma nova ideologia de agir, de investir e de pensar. Ideologia essa que pode ser associada à emergência de movimentos relacionados com a agricultura sustentável e a permacultura onde é importante relacionar e identificar fatores de convergência entre estes conceitos.

5. O que se passa no distrito de Évora

Ao nível do distrito de Évora, a observação de algumas práticas ambientais desprovidas de consciência ambiental, em parte procurando a maximização do lucro e negligenciando os impactos ambientais a longo prazo, tem constituído o melhor exemplo da falta de políticas ambientais atualizadas, bem como alguma relutância em se fazerem cumprir as que já existem. Não obstante isto, caminha-se já para uma crescente consciencialização dos problemas ambientais existentes no Alentejo, nomeadamente no que se refere à seca extrema atual. Trata-se, portanto, de configurar uma nova linguagem, isto é, uma nova forma de dialogar e balançar as práticas agrícolas, com as necessidades locais, nomeadamente:

- Planeamento e execução de práticas agrícolas adentro de um modelo ambientalmente sustentável;
- Gestão sustentável de recursos hídricos;

- Produção e distribuição de alimentos para humanos;
- Alimentação animal;
- Organização do espaço privado e público;

Já a nível da administração local, parece existir uma concomitante preocupação para com as relações homem-ambiente: os próprios estudos locais apontam para uma alarmante aceleração do processo de desertificação no Alentejo.

As próprias perceções locais de sustentabilidade ambiental parecem sugerir, de um modo geral, uma forte relação positiva com o processo de alfabetização decorrido nas últimas décadas do séc. XX; a literacia ambiental contribui, a longo prazo, para práticas mais sustentáveis.

É seguro afirmar que, tal como noutras áreas do conhecimento científico (e popular), o saber ambiental surge como uma resposta a uma necessidade premente e drástica de mudança(s): na alimentação, na utilização de energia e na produção de energia utilizável, nas políticas públicas, na habitação – em suma, na vida em geral.

6. Contextualização da Política Agrícola Comum (P.A.C.)

Originalmente, numa Europa altamente carenciada a nível agroalimentar no pós-guerra, a P.A.C. tinha como objetivos:

- Incrementar a produtividade agrícola;
- Garantir a segurança dos abastecimentos;
- Assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola;
- Estabilizar os mercados;
- Assegurar preços razoáveis aos consumidores.

Segundo Tarrafa, Santos & Dias (2018) a partir de 1992, a P.A.C. deslocaliza o apoio inicialmente aplicado ao mercado reorientando-o para o apoio ao produtor. Na prática, deixa de haver a garantia dos preços à produção, pois o apoio para a manutenção dos preços é reduzido e canalizado para os pagamentos diretos ao produtor. Este pagamento tem por base a área de produção (hectare) e num histórico de rendimento/produção, nas culturas vegetais, e com base no número de animais (valor limitado) em CN/ha, na produção animal.

Através destas medidas é possível depreender uma certa mudança paradigmática, onde passa a ser introduzida a necessidade de baixar a produtividade tendo em conta questões ambientais e de sustentabilidade da atividade, sendo introduzidas medidas de acompanhamento da P.A.C.: Medidas Agroambientais, Florestação de Terras Agrícolas e Reforma antecipada.

É importante perceber como se regia a atividade agrícola em Portugal antes da sua adesão à então CEE e consequentemente à introdução da P.A.C. na agricultura nacional. Portugal como referem os autores (Tarrafa, Santos & Dias, 2018) era dominado por uma agricultura baseada na organização familiar, com uma estrutura dominada pelo minifúndio, com maior força no norte do país e com uma estrutura produtiva agrícola dominada por culturas mediterrânicas como as frutas, os legumes, o vinho ou o azeite.

É importante lembrar (Tarrafa, Santos & Dias, 2018) que desde a adesão à UE que a balança agroalimentar nacional se tem agravado. Dito de outro modo, Portugal é cada vez mais deficitário, quer pelo mercado comum (política para redução de excedentes produtivos foi aplicada linearmente) quer pela necessidade de reestruturação das explorações agrícolas. Portugal e todos os estados-membros da EU aderentes à P.A.C. têm ainda obrigatoriamente de comprar a produtores comunitários os produtos a preços mais elevados, aumentando as importações agrícolas (a preços mais elevados) e a dívida nacional. Os pagamentos aos produtores foram progressivamente separados da produção e substituídos por ajudas diretas ao rendimento. Tudo isto implicou mudanças de fundo para a tipologia da produção agrícola nacional:

- Há uma maior concentração das terras agrícolas;
- Há maior desequilíbrio das ajudas: 80% das ajudas entregues a 20% dos agricultores detentores de grandes explorações;
- O desaparecimento de mais de 300 000 explorações familiares (90% com área inferior a 5 ha) e o abandono do mundo rural.

É, portanto, possível identificar um problema social em toda esta transformação no que se refere ao desaparecimento de grande parte do minifúndio nacional.

6.1. Rumo à P.A.C. pós-2020 - Conferência “Cork 2.0”

Tudo isto levou à adoção de uma série de medidas (10 no total), que se designam como orientações basilares para a criação, implementação e gestão das políticas públicas que sustentam o desenvolvimento rural europeu.

No ano de 2016, e no seguimento dessa mesma conferência, foi efetuada uma agregação/compilação de políticas, entre elas a P.A.C., tendo como objetivo a introdução de “adaptações técnicas” (Négre, 2022). O seu fim último é, como tal, descomplicar a aplicação dos instrumentos no terreno.

Torna-se, assim, possível atingir um equilíbrio entre a “lei” e as práticas reais.

Assim, e ainda na esteira da renovação das políticas públicas e agrícolas, acabou por suceder uma reforma da P.A.C.; e em 2017 houve um novo reforço dos instrumentos de estabilização dos rendimentos dos produtos – tais como os seguros agrícolas, ou as regras de pagamento. Estes instrumentos estão diretamente relacionados com a ação dos grupos e organizações de produtores, e dizem respeito à agilização dos processos burocráticos.

6.2. Um crescimento económico negativo

O impacto da pandemia de Covid-19, aliado a certas agitações e incertezas ao nível geopolítico, contribuíram para a instabilidade dos mercados. Os Estados-Membros sentiram esse impacto ao nível dos resultados na produção e trocas no espaço comum. Estima-se que a recuperação só seja possível depois de 2023.

- *Propostas financeiras:*

Como resultado das discussões acima referidas, procedeu-se à instituição de um Orçamento Agrícola para o futuro; sendo que a UE destina anualmente 28,5% do seu orçamento, para a Agricultura (Nègre, 2022).

Foram, no entanto, feitos cortes consideráveis; e criou-se um plano de recuperação económica, designado como «Next Generation EU». Nesse contexto, foi estabelecido um orçamento, para a P.A.C. 2021-2027, de 336,4 mil milhões de euros. Foi dada a primazia ao FEAGA (Fundo Europeu Agrícola de Garantia, correspondendo o mesmo a 258,6 mil milhões de euros, 78,4% do total (Nègre, 2022).

- *Propostas legislativas:*

O novo quadro legislativo 2021-2027 centra-se sobretudo nos resultados, bem como na subsidiariedade dos agricultores e da sua produção efetiva.

Ao nível da relação entre a UE e cada um dos Estados-Membros foi proposto um modelo de diálogo; nesse sentido, e em termos gerais, cabe à UE definir os parâmetros essenciais (objetivos da P.A.C., requisitos, etc.), enquanto os países devem tomar um papel mais ativo e empenhado na elaboração de medidas e planos estratégicos de ação. O resultado final deve ser, idealmente, o de alcançar metas comuns.

6.3. Uma nova arquitetura ecológica

Em termos de adaptação a uma nova realidade geoestratégica e climática, foi proposto um novo modelo de arquitetura ecológica para a UE, que

contempla uma maior flexibilidade em termos de conceção e gestão. Assenta em 3 vertentes:

1. Mais flexibilidade
2. Substituição do imposto ecológico atual
3. Medidas climáticas

- *Pontos de desacordo:*

Apesar da criação das medidas e pontos de apoio referidos anteriormente, existem ainda alguns pontos de desacordo, nomeadamente:

1. A definição de «agricultor ativo»;
2. A implementação do modelo híbrido de aplicação da P.A.C.;
3. A condicionalidade social das ajudas diretas;
4. A limitação das próprias ajudas diretas;
5. O prolongamento dos períodos de intervenção pública;
6. As cláusulas especiais de salvaguarda e exceções;
7. Os Instrumentos de gestão de crises de mercado;
8. A eco-condicionalidade (diversificação das culturas *vs* rotação).

6.4. O Pacto Ecológico Europeu

Foi proposto um novo modelo de crescimento sustentável, traçando metas que devem ser alcançadas, idealmente, até 2050. Este modelo contempla sobretudo estratégias de biodiversidade. Como tal, a Comissão Europeia optou por uma mescla de propostas legislativas com o fim de tornar as políticas da UE mais reais, isto é, mais aptas a lidar com os problemas reais (energia, clima, transportes, etc.), a médio e longo prazo.

- *Medidas transitórias* (até Dezembro de 2022):

Em suma, trata-se de alcançar uma “redução de compensação por redução de rendimento e por perdas devidas ao clima ou à doença” (Négre, 2022).

Apesar disso, é necessário dar tempo aos países para se adaptarem às novas medidas, tendo em conta que todos enfrentam desafios próprios da atualidade, alguns deles em comum. Assim, foi efetuada uma prorrogação das regras relativas aos auxílios estatais para a agricultura, bem como para a silvicultura.

- *Papel do Parlamento Europeu*:

Segundo a opinião geral do PE, a P.A.C. deve ser mantida no período pós-2020, sempre com atenção à situação do momento (economia, clima, sociedade, etc.), mantendo ainda a sua abertura em relação a eventuais necessidades de renovação das medidas que a constituem.

6.5. Grupos de Ação Local (GAL)

Segundo o (IFAP, 2013) os grupos de ação local têm como função:

- Capacitar os agentes locais para desenvolver e executar operações dentro do modelo agrícola europeu definido pela P.A.C., incluindo fomentar as suas capacidades de gestão de projetos;
- Definir um procedimento de seleção não discriminatório e transparente e critérios objetivos para a seleção das operações, que evitem conflitos de interesses, garantam que pelo menos 50 % dos votos nas decisões de seleção correspondem a parceiros que não sejam autoridades públicas e permitam uma seleção por procedimento escrito;
- Respeitar a coerência com a estratégia de desenvolvimento local de base comunitária ao selecionar as operações, estabelecendo prioridades de acordo com o seu contributo para os objetivos e metas das estratégias;

- Preparar e publicar convites à apresentação de propostas ou um procedimento contínuo de apresentação de projetos, incluindo a definição de critérios de seleção;
- Receber e avaliar os pedidos de apoio;
- Selecionar as operações e fixar o montante do apoio e, se for caso disso, apresentar as propostas ao organismo responsável pela verificação final da elegibilidade antes da aprovação;
- Monitorizar a execução da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária e as operações apoiadas, e realizar ações específicas de avaliação ligadas a essa estratégia.

7. Um caso local

No caso concreto do território alvo desta dissertação existe uma associação específica focada na ação nesta zona de intervenção, denominada de “MONTE. ACE”.

7.1. MONTE, ACE:

Este grupo de ação local (MONTE, 2014) é uma organização não governamental para o desenvolvimento. Possui estatuto de utilidade pública. Foi constituído em 1996 a partir de associações de desenvolvimento local do Alentejo Central.

- Tem como missão: fomentar e possibilitar o desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, promovendo processos de governança local.
- Visão: contribuir para a melhoria da qualidade de vida geral das populações e comunidades em zonas rurais, através do diálogo com as organizações, autoridades e agentes de ação local; tendo sempre como fim um desenvolvimento sustentável e uma crescente melhoria do bem-estar, bem como incentivar à participação dos indivíduos e grupos locais em temas que dizem respeito à comunidade rural.

- Valores: respeito, igualdade económica e social, independência, transparência, responsabilidade, defesa da subsidiariedade, desenvolvimento coletivo, cidadania participativa.

Caracterização da Zona de Intervenção do MONTE:

“O território de intervenção do MONTE situa-se na NUTS III Alentejo Central, incluindo os concelhos de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo (excetuando as freguesias de Escoural e S. Cristóvão), Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.” (MONTE, 2014). Com uma área de aproximadamente 5800km², e englobando uma população de cerca de 130.000 habitantes, a Z.I. d'O Monte apresenta uma densidade populacional de 22.9 hab./km². Tem vindo a perder população (cerca de 8.1% nos últimos 10 anos), sendo este um dos maiores desafios à implementação das medidas interventivas.

Como fatores explicativos, destacam-se a baixa taxa de natalidade da zona, os fluxos migratórios e o saldo natural negativo (que não é exclusivo desta zona, mas antes um problema de todo o território nacional).

Dada a sua natureza maioritariamente agrícola, o Alentejo Central tem vindo a assistir, nas últimas 4 ou 5 décadas, a uma transição para um sector predominantemente terciário; contabilizando, assim, cerca de 68.7% da população ativa desta zona. Em termos da sua morfologia, o território de intervenção define-se essencialmente pelas suas planícies, com cotas geralmente abaixo dos 400 metros, apesar de algumas zonas possuírem um relevo mais acentuado, sem que, porém, chegue a ser considerada uma zona montanhosa.

Surgem, eventualmente pequenas serras, e uma ou outra barragem – de que se destaca, pela sua dimensão, a Barragem do Alqueva, situada numa zona de cerca de 100m de profundidade em relação à média dos terrenos circundantes e, por isso, escolhida para fins de armazenamento de recursos hídricos, tão importantes nesta zona, por serem um bem relativamente escasso.

A Z.I. d'O Monte corresponde, em termos gerais, à totalidade do distrito de Évora – cuja capital se encontra entre Lisboa e Badajoz, o que lhe permite alguma centralidade e poder de ação, pela proximidade em relação a estas duas cidades importantes para a região. Abrange 10 de um total de 14 concelhos do distrito em causa, e distribui-se segundo uma ordem de importância que engloba 5 níveis, cuja classificação depende do número de habitantes.

São também tidos em conta fatores como a acessibilidade aos territórios: autoestradas, estradas nacionais, itinerários complementares, estradas municipais, etc., sendo que a maior parte destas últimas se encontram em mau estado de conservação, o que dificulta os acessos e têm um forte impacto ao nível do desenvolvimento da região.

A nível físico, destaca-se uma paisagem constituída essencialmente por olivais e por zonas de montado, existindo ainda algumas zonas vastas de azinho e de sobro, bem como campos de esteva e outros arbustos rasteiros. Já a nível agropecuário, apresenta numerosas explorações de gado suíno, ovino e vacum.

Finalmente, mas não menos importante: a produção de vinha, cultura essa que tão bem caracteriza a região do Alentejo, e cuja produção é considerada de altíssima qualidade.

7.2. Objetivos concretos do MONTE:

A um nível mais concreto em termos de atuação, e no que toca sobretudo ao ano de 2022, esta ONG procura formar uma equipa para o reforço de competências locais. Assim, e segundo a própria Associação, é necessário contratar “um conjunto de serviços para a atualização do diagnóstico e propostas de desenvolvimento de vários sectores de atividade económica e social do território de intervenção” (MONTE, 2014).

Para além disso, procura atuar na economia rural da sua Z.I., acrescentando valor à mesma; bem como criar e manter parcerias e estratégias de

desenvolvimento local na zona do Alentejo Central. Para tal, propõe medidas que passam, entre outras, por:

- Implementar processos de certificação participativa;
- Incentivar às boas práticas agropecuárias;
- Criar listas de recomendações políticas;
- Elaborar estudos sobre metodologias de intervenção comunitária;
- Criar guias metodológicos para a capacitação de agentes das comunidades;
- Realizar ações de capacitação coletiva.

Além destas medidas, tomam relevância ainda outras, tais como dinamizar planos de comunicação entre agentes, bem como formar e capacitar esses agentes para a comunicação eficaz e para o diálogo com os seus homólogos. Dispondo de um fundo monetário relativamente limitado, e com elevadas despesas associadas ao desempenho das funções e objetivos a que se propõe, é fácil compreender que O MONTE atua no limite das suas possibilidades, porém continuando sempre a desenvolver o seu importantíssimo trabalho na sua Zona de Intervenção.

7.3. O MONTE e a Política Agrícola Comum

Equacionando as necessidades de aplicação de políticas agrícolas que permitam regular as práticas agrícolas, que por sua vez visam um maior desenvolvimento socioeconómico das populações rurais, urge equilibrar essas práticas a um compromisso coletivo para com práticas ambientalmente sustentáveis, com respeito por todos os seres vivos.

As recomendações da P.A.C., já abordadas em anteriores documentos, apontam indubitavelmente para a emergência desse sentimento generalizado – e correspondente ação – de cuidado e de interdependência

dos seres. Para tal, e como forma organizada de trabalho que permite uma aplicação mais rigorosa das medidas, devem os objetivos ser bem definidos *a priori*, com fins e meios concretos, criando planos de atividades, metas, prioridades. As entidades reguladoras de projetos desempenham, igualmente, um papel relevante na condução dos destinos agrícolas, florestais e ambientais da região do Alentejo Central – e, por extensão, do nosso planeta.

Em suma, importa analisar e estabelecer uma relação entre três vértices - os conceitos teóricos, as políticas públicas que regem a conduta dos agricultores e, por último, mas não menos importante, os problemas reais e os confrontos entre os fatores supracitados de quem trabalha a terra.

8. Principais Conceitos relativos à Sustentabilidade Ambiental

Care – (cuidar do ambiente) - Para este conceito utilizámos o texto “Rethinking environmentalism in a “ruined” world. Lessons from the permaculture movement”, Laura Centemeri, 2019.

Para Laura Centemeri, “care” é:

- Expressão de reflexividade ambiental;
- Conceito relacionado com a Permacultura, e com o Ambientalismo;
- Cuidado com a Terra, as pessoas e os animais.

Mais do que um conceito, o cuidado com a Terra e os seus seres é hoje uma necessidade fulcral na vida de todos os que a habitam. Sabendo a fase que a Humanidade atravessa, em termos de destruição dos habitats naturais e ecossistemas, é fácil perceber essa necessidade.

Através de uma postura humilde e global, foram criados centros de ação ambiental um pouco por todo o mundo. Todos eles possuem uma identidade própria; porém todos agem no sentido de cuidar do local onde habitam, isto é, “a noção de cuidado como

expressão de reflexividade ambiental” (Centemeri, 2019, p.8.) e procuram extrapolar essa filosofia de vida para territórios além-fronteiras.

O caso da Permacultura (permanente + cultura) é um desses exemplos. De facto, trata-se de uma vasta “... noção de cuidado como expressão de reflexividade ambiental e o caso do movimento da permacultura como exemplo de ambientalismo alicerçado em práticas de cuidado ecológico” (Centemeri, 2019, p17.).

A Permacultura envolve práticas de:

- Regeneração e Recuperação Socio-Ecológica;
- Relação Homem-Natureza;
- Repensar o futuro de forma sustentável;
- Uma lógica de sensibilidade, em contraste com uma Lógica Instrumental;
- Processo coletivo;
- Processo assente em políticas concretas;
- Atenção às necessidades alheias (conceito de Empatia);
- Interdependência de sistemas;
- Envolve escolhas, critérios de seleção e exclusão;
- Envolve mecanismos para lidar com problemas reais.

Os processos de regeneração devem, portanto, ser fruto de um trabalho coletivo e de uma correta otimização dos mecanismos utilizados para a resolução de problemas – se possível evitando outros que possam advir de uma incorreta utilização do conhecimento.

Mais do que uma lógica mecanicista, urge agora preconizar uma lógica de sensibilidade, isto é, uma lógica de respeito e de compreensão da forma como os múltiplos sistemas exercem as suas forças uns sobre os outros.

Relembrando a autora, “em particular, ressalta-se que as práticas de cuidado são fundamentais para o surgimento de micromundos nos quais as necessidades humanas podem ser atendidas, garantindo as condições nas quais outras espécies (animal, vegetal) também podem prosperar.” (Centemeri, 2019, p.8.).

Esta obra destaca ainda a relevância dos meios alternativos:

- Definir o que possui valor dominante;
- A sensibilidade em relação ao(s) contexto(s);
- A Agroecologia;
- A Bioconstrução.

Procura resolver o problema do risco de “recuperação” ecológica enquanto meio de legitimação para uma acumulação capitalista - “capitalismo verde”, “economia do enriquecimento”.

Na verdade, e segundo a autora, o capitalismo pode ser um verdadeiro perigo, pois apropria-se de quase todas as formas de investimento, seja ele económico ou baseado em recursos efetivos.

Desenvolve ações diretas e específicas para cada ambiente/território, no entanto tem sempre em linha de conta que “ao reunir uma variedade de pessoas num lugar específico ao redor de práticas de cuidado ecológico - como agroecologia, bioconstrução ou redes locais de alimentos – a ideia é fazer com que cidadãos e ativistas de diversas culturas políticas se conheçam e reconheçam preocupações comuns.” (Centemeri, 2019, p.19.).

Dito de outro modo, existe espaço para que diferentes ideologias possam, juntas, lutar por um objetivo em comum: o desenvolvimento sustentável da sua atividade. Centemeri (2019) fala também da ligação entre determinadas escolhas e o resultado final pode ser (ou não) construtivo, já que, nas suas palavras, “a forma como as pessoas definem e atribuem valor a seres, coisas, lugares, atividades em suas práticas cotidianas, torna-se uma dimensão-chave no processo de reparação e regeneração.” (Centemeri, 2019, p.4.).

Em suma, há que fazer escolhas, mas tendo sempre em consideração as possibilidades de coabitação na Terra, o desenvolvimento da consciência que vivemos em relação, humanos e não humanos e que a Humanidade deve usar os conhecimentos adquiridos para fazer prevalecer o bom senso sobre o Capitalismo, a honestidade sobre o lucro e o respeito por todos sobre a ganância e o poder.

Citando a autora “o empenho no cuidado de seres humanos e não humanos e dos seus ambientes, é uma forma de vivenciar diretamente a relevância de formas alternativas, para definir o que vale a pena, e forjar argumentos de valor que diferem do dominante” (Centemeri, 2019, p.2).

9. Movimentos sociais com os pés na terra – uma entrevista com Bruno Latour

O autor Bruno Latour terá também elevada preponderância na construção do meu raciocínio teórico pois o mesmo reflete sobre o “prazo de validade” do capitalismo. Dito de outro modo, o autor reflete sobre a decadência de um modelo que está cada vez mais saturado com o surgimento de movimentos ideológicos que farão com que o capitalismo não se adeque à vida em sociedade e venha a perder a sua influência totalitária até então.

Latour referiu nesta entrevista que “...a estrutura modernista também vai sustentando os movimentos sociais à medida que os conhece e participa nos mesmos, inibindo a sua evolução em redes capazes de mobilizar agentes para efetuar as transformações exigidas por este Novo Regime Climático.” (Latour, 2018). O autor identifica a percepção das consequências futuras das mudanças climáticas, já na segunda metade do século XX, evidencias essas que são subjugadas e camufladas pelas elites, de certa forma tentando impedir esta evolução civilizacional de uma perspectiva do Antropoceno para o Negantropoceno referenciado por Stiegler.

O autor sugere, portanto, que as elites ao conhecerem a gravidade do problema climático decidiram,

desta forma, garantir os seus privilégios e mais valias enquanto ocultam esta informação dos demais.

Independentemente da atual profusão informativa e permanente atualização de conhecimento acerca do planeta, importa compreender, para esta investigação, de que modo existe ou não algum tipo de ocultação e repressão de medidas com vista à responsabilização e consciência ambiental dos produtores desta região, quer por fatores regionais ou até mesmo de políticas externas, nomeadamente da União Europeia.

10. A Sociedade de Risco – a caminho de uma Nova Modernidade

Numa era em que assistimos a bruscas e crescentes mudanças a todos os níveis, somos necessariamente levados a uma problematização acerca dos riscos que as agressivas práticas agropecuárias têm vindo a criar; dito de outro modo, trata-se de analisar a melhor forma de gerir os impactos que a globalização produziu no ambiente, em particular no espaço do sector agrícola. Tanto assim é que Ulrich Beck (Beck, 1992) nos fala de uma sociedade de risco, isto é, a transição entre a sociedade industrial atual, e uma nova caracterizada pela ameaça recorrente das consequências da produção industrializada. Ao contrário dos anteriores modelos analíticos, essencialmente centrados na distribuição de bens, fala-se agora de uma distribuição dos “inconvenientes”, isto é, das tragédias ambientais e outras práticas nocivas, tais como:

- Poluição (sonora, atmosférica, etc.);
- Contaminação de solos, recursos aquíferos e ar;
- Subida da temperatura média do planeta;
- Deslize de terras, cheias, secas extremas, desertificação progressiva, etc;
- Outros subprodutos e impactos menos visíveis da atividade agrícola.

No paradigma da sociedade de risco, apresentado por Ulrich Beck, prevalecem as incertezas científicas, o medo, e os riscos desconhecidos. Riscos estes que o autor identifica como invisíveis, pouco perceptíveis e consequência direta do modelo contemporâneo de produção industrial. Para enfrentar a sociedade de risco e as decorrentes incertezas, a ferramenta é a precaução. Esta obra indaga sobre a preservação dos processos ecológicos essenciais de modo a promover a preservação de espécies e ecossistemas. Torna-se, portanto, evidente a necessidade de fiscalização de processos de produção agrícola, nomeadamente o controlo de produção de modo a impedir riscos acrescidos ao risco de vida, e ao meio ambiente. É importante referir que esta literacia ambiental deve ser promovida da base para o topo e não ao contrário, dito de outro modo, deve ser a educação e formação das bases que desperta a necessidade de alterar técnicas de produção danosas para o meio ambiente, ao invés da imposição de regras e normativos resultantes da decisão governativa.

Como refere o autor “...a natureza não pode mais ser entendida fora da sociedade, ou a sociedade fora da natureza.” (Beck, 1992).

O conceito de risco na modernidade desenvolvido por Anthony Giddens e Ulrich Beck identifica importantes elementos para a desconstrução dos problemas socioambientais na sociedade contemporânea, para além de introduzir uma discussão sobre a necessidade da educação ambiental enquanto instrumento responsável pela ação humana.

Ulrich Beck entende “...que a noção de risco, na forma como nós a conhecemos, é uma invenção da modernidade. Por isso, o risco moderno está diretamente ligado ao processo da industrialização e ao avanço tecnológico.” (Beck, 1992).

Importa, portanto também, descobrir nesta investigação, em que estado se encontra a educação ambiental para a preservação no distrito de Évora, e até que ponto é que esta pode ou não constituir-se na principal arma de consciencialização ambiental que até agora não existiu.

Graças ao aumento contínuo da temperatura global, processo de alteração climática que decorre no presente, as futuras gerações estarão muito mais expostas a fenómenos climatéricos extremos (como se tem observado), o que causará, por sua vez, um aumento significativo do número e da dimensão de migrações em massa. Além disso, com os valores de poluição crescente a todos os níveis (solos, ar, resíduos aquíferos, etc.), espera-se um decréscimo geral da esperança de vida.

Numa altura em que tão bem se conhecem os efeitos das práticas agrícolas no ambiente e nos ecossistemas, surge a necessidade de uma análise mais aprofundada da relação entre a humanidade e o resto das espécies – animais e vegetais – e de repensar a forma como se estabelece essa relação.

11. Ainda o conceito de *Cuidado*

Para Latour (2012) o conceito de Cuidado (“care”) exige, dadas as circunstâncias e a urgência das mesmas, ser alargado e aprofundado na sua interpretação e, conseqüentemente, na sua aplicação real e concreta. Qual reflexo de um grito de socorro dos ecossistemas, este conceito revela ser mais pertinente do que nunca e, como tal, implica uma moralidade humana que não pode ser dissociada da moral ambiental; ou seja, mais do que colocar o Homem no centro das atenções e das preocupações, trata-se agora de saber o papel que temos em todo este processo, sim, mas sem descurar as outras espécies, animais e vegetais.

Segundo o mesmo autor, o Antropoceno é “esta crise que fundamenta a crise da humanidade” (Latour, 2012), em grande parte devido ao “desligamento” do Homem em relação aos fenómenos da Natureza, seja através da constante agressão à mesma, seja através da própria negação desse mesmo facto. Assim, e nesse sentido, defende um processo de cura e cuidado da Terra, que seja totalmente inclusivo e reflexivo; que tenha em conta e respeite a interdependência dos elementos naturais.

É, portanto, necessário colocar a ênfase no poder da ação, pessoal e particular; isto é, indagar sobre qual a melhor forma de nos preocuparmos com aqueles que, à primeira vista, não nos são familiares – tendo sempre em conta toda a relação de interdependência entre humanos, não humanos e matérias. Trata-se, então, de criar e aplicar uma Sociologia das traduções, ou seja, um modelo focado na relação entre mediadores, tendo por finalidade uma coexistência pacífica.

11.1. Como dar início a este processo?

Na esteira das relações de tradução e de relação entre atores e matérias, é-nos proposto um desafio: indagar, de forma humilde, o nosso lugar, enquanto espécie, no cômputo geral da equação da existência planetária; aliada, por sua vez, a uma nova forma de conexão com fins de inclusão, e uma ação mais afirmativa (e responsável!) a todos os níveis. Só assim será possível o florescimento total, de todos, e não apenas da espécie humana, impossível de acontecer sem os outros seres como até agora tem sucedido.

Como resposta a estas necessidades de resposta e ação concreta, (Latour, 2012) propõe o conceito de “tradução”, já acima referido: trata-se, de uma forma sucinta, de criar uma “ligação (...) que de certa maneira modifica dois elementos ou agentes” (Latour, 2012). Poderá esta sugestão teórica, aliada a outros princípios de cuidado ambiental, contribuir para a análise dos fenómenos de intervenção humana, a nível de práticas agrícolas locais, num futuro próximo? A resposta dependerá sempre do nível de conhecimento de causa e vontade em agir, individual e coletivamente – tanto a nível dos agricultores, como das instituições públicas, responsáveis por criar, implantar e vigiar aquelas mesmas práticas.

Ainda no seguimento desse raciocínio, (Latour, 2012) sugere-nos um conceito mais alargado e complementar do anterior: a ideia de “composição”. Para este autor, o princípio de composição sugere uma alternativa ao discurso crítico: a noção de que os elementos devem ser colocados no seu lugar em conjunto uns com os outros, porém respeitando sempre a heterogeneidade total e universal. E é esta ideia de

composição que traduz a metodologia da construção deste texto.

E é, precisamente, através deste constante diálogo recíproco e global, que se formam, passo-a-passo, as redes de atores anteriormente referidas neste estudo: um processo contínuo que nos deveria (idealmente) levar a repensar as práticas dos atores da/na rede.

12. “Por uma Pluralidade de” modos de existência – uma inspiração para alteração de práticas?

Segundo (Latour, 2012), não existe apenas um modo de existência neste mundo. Assim, os atores agem, de uma forma geral, de acordo com a sua própria racionalidade, já que cada um deles possui um sentido e circunstâncias que lhes são únicos. Caracterizam-se pelos seus hiatos, isto é, pelas “falhas” que devem ser corrigidas, de modo a garantir o seu avanço pelo mundo. Por outras palavras, trata-se de corrigir as práticas, tendo em conta o seu poder de ação global, e com respeito pelo todo.

É, portanto, fácil de compreender que, sem essas alterações, não pode haver existência humana e não-humana. Nenhum de nós existe sem os outros, seja qual for o nível a que isto se possa enunciar.

Regressamos, assim, à importância do conceito de cuidado (care) e interdependência; e, numa analogia simbólica, podemos afirmar que, tal como os conceitos sugeridos pelo próprio autor, também os seres estão interligados.

Já vimos que todos somos considerados atores, independentemente da espécie a que pertencemos ou do nosso lugar no mundo. A sociedade, assim como a própria natureza, é dinâmica.

Esta crítica à compreensão categórica, aqui vista como uma perspectiva antiquada e ultrapassada, propõe ainda a criação de novas instituições sociais, de novas políticas públicas – de uma forma sucinta, trata-se de criar novos modos de ação no que respeita às práticas agrícolas e até mesmo ambientais.

Os conceitos e processos acima referidos – tradução, hiatos, modos de existência (o que são nota. Bruno Latour opõe ao modo de existência moderna – gerido pela ciência, modos plurais de existência) são vistos como algo necessário e de urgente implementação. A questão do Antropoceno é demasiado complexa para poder ser reduzida a uma única teoria ou explicação, mas podemos pensar na forma mais equilibrada de agir num futuro próximo. É esta percepção que nos deve conduzir à mudança, se preconizarmos um devir social e ambiental assentes no respeito por todas as partes.

Assim, a alteração das práticas requer não só uma abordagem que envolva uma nova ética ambiental, mas igualmente um progressivo regresso ao estado mais natural – por exemplo, uma agricultura que não se socorra de químicos sintéticos. Parar para pensar não deve ser encarado como uma fraqueza; antes deve ser considerado um movimento necessário e inteligente. O fim da Era do Antropoceno traz-nos, acima de tudo, a necessidade de reflexão e de ponderação acerca destes novos fatores e variáveis.

Conclusão

Através desta reflexão iniciei em primeiro lugar a pesquisa de conceitos e problemáticas sociologicamente interessantes de forma a delinear o meu raciocínio teórico em relação ao meu objeto de estudo. São problemáticas estas que, além de me serem próximas e me despertarem a necessária curiosidade para investigar sobre as mesmas, devem ainda ser pertinentes e exequíveis.

Foi-me possível, através desta análise, conhecer, absorver e compor conceitos que até então não fariam parte da minha linha de orientação no que concerne à construção do meu objeto de estudo. Entre estes, o conceito de “care” e da permacultura aqui introduzidos recorrendo a Laura Centemeri. Antes de indagar sobre os cada vez mais evidentes malefícios de uma agricultura cada vez mais intensiva é então, necessário, compreender o que deve ser feito para contrariar esta ideologia de forma a preservar os recursos

naturais e o futuro da própria atividade. Dito de outro modo, é necessário, para criticar ou defender um determinado processo de produção, conhecer todos os métodos de abordagem conceptual em volta de uma determinada atividade, neste caso, a agricultura.

Outro dos aspetos basilares na minha investigação passa pela introdução dos avanços tecnológicos na agricultura, o modo como estes se aferem e se constituem enquanto fator de desenvolvimento económico *vs* desenvolvimento sustentável. Isto implica avaliar se o avanço da tecnologia na atividade agrícola tem em vista a noção de “care” ou somente uma ótica de aumento de lucro e, conseqüentemente, de produção.

Não menos importante é ainda a teoria do ator-rede que preconiza um modelo de observação, em que é atribuída a primazia às ações perpetradas pelos atores sociais, sendo então possível compreender as dinâmicas inerentes à relação entre os homens e as máquinas; e, em última instância, a forma como essas mesmas dinâmicas definem os padrões de movimento das populações, e a forma como tudo isso influencia as vidas de milhares de indivíduos e/ou grupos.

Finalmente irei alicerçar o meu trabalho em três autores fundamentais cujos conceitos me facilitarão a desconstrução da realidade sobre a qual irei dissertar. Primeiramente utilizarei a obra de Bernard Stiegler para encontrar os fatores mais ocultos na origem desta emergência climática, e que fatores influenciaram a iminente entrada no conceito do “Negantropoceno” explicado pelo próprio autor.

Outro dos autores essenciais para a compreensão desta temática trata-se de Bruno Latour que, por um lado, associa a decadência do modelo capitalista à emergência de novos movimentos socio/ambientais. Por outro, o autor sugere o não reconhecimento do problema climático por parte das elites que detêm o poder económico e de decisão, ao mesmo tempo que o tentam ocultar e retardar o seu aparecimento na esfera mediática e das redes sociais.

Numa região com as maiores taxas de analfabetismo do país, de que modo é que esta ocultação, referida

pelo autor, não se torna ainda mais evidente? Questão pertinente que importa responder nesta análise.

Por último, mas não menos relevante, Ulrich Beck reflete sobre o conceito de risco que segundo ele está diretamente ligado, entre outros fatores, ao avanço tecnológico implicado diretamente nesta área de investigação, pois os processos agrícolas contemporâneos têm vindo a alterar os modos de produção, mercados de trabalho e até mesmo as culturas.

Para (Sampiere, Collado & Lucio, 2006) foi certamente um autor fundamental no esclarecimento de qual o caminho certo a seguir em termos metodológicos, tendo em conta uma amostra geográfica concreta e um objeto de estudo específico.

Esta reflexão alimenta um trabalho, em desenvolvimento. Pretende-se identificar e compreender os desafios para uma agricultura sustentável no distrito de Évora. E de que forma a ONG MONTE tem um papel fundamental para a consciencialização ambiental na agricultura e adoção de práticas agrícolas que visem na sua zona de intervenção a sustentabilidade da agricultura.

Referências bibliográficas

Beck, U., & Ritter, M. (1992). *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage Publications.

Bento, S. (2011). *Barragens e sociedades: Contributo da teoria actor-rede (ANT)*. Retrieved from: https://www.researchgate.net/publication/277193968_Barragens_e_sociedades_Contributo_da_teor%C3%ADa_actor-rede_ANT

Centemeri, L. (2019). *Rethinking environmentalism in a "ruined" world. Lessons from the permaculture movement*. Retrieved from: https://www.researchgate.net/publication/338884657_Rethinking_environmentalism_in_a_ruined_world_Lessons_from_the_permaculture_movement

Crutzen, P., & Stoermer, E. (2013). "The 'Anthropocene'" (2000). In L. Robin, S. Sörlin, & P. Warde (Ed.), *The Future of Nature: Documents of Global Change* (pp. 479-490). New Haven: Yale University Press. <https://doi.org/10.12987/9780300188479-041>

IFAP. (2013). *Grupos de Ação Local*. Retrieved from <https://www.ifap.pt/faqs-grupos-de-acao-local>

Krueger, R., & Casey, M. (2009) *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. Sage Publications, Thousand Oaks, CA.

Latour, B., Milstein, D., Marrero-Guillamón, I., & Rodríguez Giralt, I. (2018). *Down to earth social movements: an interview with Bruno Latour*. *Social Movement Studies*. 17. 1-9. [10.1080/14742837.2018.1459298](https://doi.org/10.1080/14742837.2018.1459298).

Latour, B. (2012). Reflections on Etienne Souriau's Les différents modes d'existence. In Levi R. Bryant, Nick Srnicek, & Graham Harman (eds.), *The Speculative Turn: Continental Materialism and Realism*.

MONTE (2014). *Caracterização da Região Alentejo Central Zona de Intervenção do Monte*. Retrieved from https://www.monte-ace.pt/site/Caracterizacao_ZI.pdf.

Nègre, F.. (2022) *Rumo à política agrícola comum pós-2020*. Retrieved from: https://www.europarl.europa.eu/Reg-Data/etudes/fiches_tech-niques/2017/N51861/doc_pt.pdf

O'Reilly, M., & Parker, N. (2012) "Unsatisfactory Saturation": A Critical Exploration of the Notion of Saturated Sample Sizes in Qualitative Research. *Qualitative Research*, 13, 190-197.

Sampieri, R., Collado, C., & Lucio, P. (2006). *Metodología de la investigación*. McGraw-Hill. México. 2006. 4ª Edición.

Stiegler, B., & Ross, D. (2018). *The Neganthropocene*. (OAPEN (Open Access Publishing in European Networks).) London: Open Humanities Press. Retrieved from: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/30171>.

Tarrafa, L., Santos, P., & Dias, A. (2018). Política Agrícola Comum. da origem à actualidade. Comunicação apresentada no 8.º congresso da CNA e da agricultura familiar portuguesa. Coimbra, 15 de Abril de 2018. Retrieved from: http://www.inforcna.pt/Media/Files/2019228_AtFinal.pdf

Nota:

[1] Doutorando do Programa de Doutoramento em Sociologia da Universidade de Évora.